

Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

E-mail:

cleber.silva@ifpa.edu.br



Identificador:

2543927

PROCESSO 23051.030723/2018-71

Cadastrado em 06/11/2018



Nome(s) do Interessado(s):

CLEBER SILVA E SILVA

Tipo do Processo:

SOLICITAÇÃO

Assunto Detalhado:

RECURSO DE CANDIDATURA AO CARGO DE REITOR

Unidade de Origem:

BELÉM/DIRET. DE ADM. E PLANEJAMENTO (11.02.03)

MARA GEORGETE DE CAMPOS RAIOL

Observação:

MOVIMENTAÇÕÉS ASSOCIADAS			
Data	Destino	Data	Destino
06/11/2018	COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL (11.01.25.04)		
		JENN A	1 (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1
		R. B. W.Z.	
		3	The grade (and the second second second
		31212	
			delicated a superior state
	- ONE CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF THE PROPER		1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1
	TO COMPANY TO A STATE OF THE ST	J. Sall King	

SIPAC | Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - | Copyright © 2005-2018 - UFRN - node1jboss.ifpa.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

ANEXO VII FORMULÁRIO PARA RECURSOS E DENUNCIAS

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: CLEBER SILVA E SILVA

Categoria: (X) Docente () Técnico Administrativo () Discente

Matrícula: 2543927

Telefones: Residencial: () Celular 91984573560

E-mail: CLEBER.SILVA@IFPA.EDU.BR

Objeto do recurso: DOCUMENTAÇÃO CANDIDATURA CARGO DE REITOR

FUNDAMENTAÇÃO: Com fulcro no Art. 17, Parágrafo 1º, Resolução 229/2018 – CONSUP/IFPA, Anexo Regulamento Eleitoral, considerando-se que o período recursal destina-se a provocar reexame das decisões, a partir da correção dos desvios existentes no processo, desta feita, a apresentação da documentação questionada no indeferimento da inscrição enseja o reexame da decisão desta CEC, quanto a inscrição do recorrente. A referida documentação segue em anexo ao recurso.

Visando dirimir qualquer dúvida quanto a inscrição no processo eleitoral, cabe esclarecer que a foto solicitada apresenta-se em dois documentos entregues no ato da inscrição sendo uma no documento de identificação e outra no plano de gestão apresentado no formato digital. Quanto a ficha de inscrição, cabe ressaltar que foram apresentadas duas ao protocolo, no entanto uma me foi devolvida com os dados do protocolares da solicitação.

É importante ainda ressaltar que os itens do indeferimento em nada me inabilitam ao pleito, haja vista que segundo a lei 11.892/2008 e Decreto 6.986/2009 cumpro todos os requisitos legais.

Declaro estar ciente e de acordo com regulamento eleitoral de consulta para o cargo de Reitor (a) e Diretor (a) Geral dos *Campi* do IFPA, da Comissão Eleitoral Central, e ser de minha única responsabilidade a apresentação das provas necessárias para dar materialidade a denuncia descrita acima.

Belém, 06 novembro de 2018.

Prof. Dr. Cléber Silva e Silva

SIAPE 2543927



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CEC18RDG



ANÁLISE DE RECURSO

Processo nº: 23051.030723/2018-71

Folha:

Data: 07/11/2018

Interessado: CLEBER SILVA E SILVA

Assunto: Recurso. Inscrição de Candidato. Processo Eleitoral 2018.

01. SÍNTESE DO RECURSO: Recurso contra a decisão de indeferimento da inscrição do candidato por ausência de documentos.

02. ANÁLISE: Com fundamento no art. 53, da Lei nº 9.784/99, identifica-se que a foto constante no documento de identificação (CNH/DETRAN-PA nº 04755050520, emitida em 19/02/18) é suficiente para dar segurança jurídica aos procedimentos eleitorais quanto à identificação formal do candidato, primando pelo previsto no art. 1°, V, do Decreto nº 9.094/17. Portanto, não transgredindo o estabelecido no art. 13, IV, do Regulamento Eleitoral RDG18/IFPA. Neste sentido, a Comissão Eleitoral Central decide por rever seus atos e considerar cumprido o requisito previsto no citado dispositivo do Regulamento.

Quanto ao aspecto referente ao art. 13, I, do Regulamento Eleitoral RDG18/IFPA, a juntada de duas cópias da Ficha de Candidato no processo de inscrição, é dispensável, uma vez que a segunda via da Ficha de Candidato visa ser contra-recibo de segurança do candidato, no sentido de comprovar o protoco da inscrição. Neste sentido, pautado nas diretrizes do Decreto nº 9.094/17, art. 1º, V, e no Princípio da Razoabilidade Administrativa e no da Eficiência, por meio da dispensa de formalismo excessivo, com base no art. 53, da Lei nº 9.784/99, a Comissão Eleitoral Central decide rever o indeferimento em relação ao inciso I, da art. 13, do citado Regulamento Eleitoral, e considerar cumprido o requisito estabelecido.

03. RECURSO ACEITO. ANALISADO. DEFERIDO.

SIAPE 1389148

SIABE-1153358 SIAPE 1768051

SLAPE 01495161